

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIELA SANT'ANA MOREIRA

A diplomacia cultural na política externa chinesa contemporânea: um estudo de caso  
sobre a atuação dos Institutos Confúcio

São Paulo

2024

GABRIELA SANT'ANA MOREIRA

A diplomacia cultural na política externa chinesa contemporânea: um estudo de caso  
sobre a atuação dos Institutos Confúcio

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Orientador: Laerte Apolinário Júnior.

São Paulo

2024

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos meus pais, Juliana e Gilson, que sempre acreditaram em mim e fizeram de tudo para me proporcionar a melhor educação. Vocês são minha inspiração e a força que me faz querer ser a melhor versão de mim. Também quero agradecer à minha família, especialmente meus avós e padrinhos, Inês e Davison, que torcem tanto por mim e me tratam como sua quarta filha. Quero agradecer também, minha tia, madrinha e segunda mãe, Beatriz, por todo apoio, carinho e amor. Emma Straub escreve em *Somos Todos Adultos Aqui*: "Quando alguém nascia, trazia tantas pessoas junto, gerações de pessoas compactadas no tutano dos pequeninos ossinhos." E que sorte a minha poder carregar um pouco de vocês comigo.

Não posso deixar de mencionar também meus melhores amigos. A Mônica Martelli diz que tem pessoas que só esbarramos na vida, mas existem pessoas que nós encontramos. Vocês foram o melhor encontro e uma família que eu escolhi. Aos amigos de infância: Henrique, Maria Eduarda, Mariana, Rafaela, Vitória e Yasmin, obrigada por tantos anos de amizade. Tenho muita sorte de dividir a vida com vocês todos esses anos. Nada disso seria possível sem o apoio e amor de vocês, sempre me conforta saber que não existe distância que possa nos separar. Também tenho muito a agradecer à Liz e à Rafaela, vocês foram a força motriz e o que deixou toda essa experiência mais incrível. Obrigada por serem um pedaço de casa na enorme São Paulo. Também não posso deixar de agradecer à minha quase vizinha, Marcele, obrigada pela parceria e companhia. Você fez o trânsito caótico parecer um passeio divertido todas as vezes.

Também quero agradecer a PUC, por uma oportunidade única na vida, estudar nesta universidade me proporcionou experiências que nunca vou esquecer. Eu devo muito aos professores do curso de Relações Internacionais, pessoas brilhantes que me ensinaram muito além de teorias. Em especial, gostaria de agradecer meu orientador, Laerte, desde minha primeira aula com você, sabia que seria uma oportunidade única ser orientada por você. Obrigada pelo auxílio e apoio neste trabalho, foi um privilégio contar com sua ajuda.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar o papel da diplomacia cultural na política externa chinesa contemporânea, por meio da atuação dos Institutos Confúcio. Assim, este trabalho busca responder a seguinte questão: qual o papel dos Institutos na diplomacia cultural chinesa? Para responder à questão proposta, esta pesquisa se utilizou de análise bibliográfica e documental. A análise bibliográfica consistiu na análise de artigos e livros que apresentam diferentes visões a respeito do recorte temático, contando com autores chineses que atestam o tema com a visão interna, e também com outros autores que analisam a partir da ótica dos países alvos dessa política externa. Ademais, a pesquisa documental se utilizou de documentos oficiais, discursos e entrevistas da presidência do Partido Comunista Chinês, da instituição mantenedora dos institutos, Hanban, além de bancos de dados sobre os ICs.

Palavras-chave: China. *Soft power*. Diplomacia cultural. Institutos Confúcio. Xi Jinping. Hu Jintao.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze the role of cultural diplomacy in contemporary Chinese foreign policy, through the work of the Confucius Institutes. Thus, this work seeks to answer the following question: what is the role of the Institutes in Chinese cultural diplomacy? To answer the proposed question, this research used bibliographic and documentary analysis. The bibliographic analysis consisted of the analysis of articles and books that present different views on the thematic cut, with Chinese authors who attest to the theme with the internal vision, and also with other authors who analyze from the perspective of countries that are targets of this foreign policy. In addition, the documentary research used official documents, speeches and interviews from the presidency, the Chinese Communist Party, the maintaining institution of the institutes, Hanban, as well as databases on the CIs.

**Keywords:** China. Soft Power. Cultural Diplomacy. Confucius Institutes. Xi Jinping. Hu Jintao.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 POLÍTICA EXTERNA CONTEMPORÂNEA E INSERÇÃO INTERNACIONAL CHINESA	10
1.1 Contexto	10
1.2.1 Governo Xi Jinping	11
2 DEFINIÇÃO DE DIPLOMACIA CULTURAL E <i>SOFT POWER</i> : AS VISÕES CHINESAS SOBRE OS CONCEITOS	16
3 OS INSTITUTOS CONFÚCIO	23
3.1 Contexto	23
3.2 Críticas aos Institutos Confúcio	24
3.3 Resultados do projeto	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

## INTRODUÇÃO

O imperador francês Napoleão Bonaparte, em 1816, afirmou “deixem a China dormir porque, quando ela acordar, o mundo estremecerá” (Spitzcovsky, 1999). Após mais de 200 anos, essa afirmação se concretiza ao se observar as mudanças e conquistas que o país oriental atingiu nas últimas décadas. O país já é considerado uma das maiores economias mundiais no contexto contemporâneo, desafiando outras potências econômicas, como os Estados Unidos. Esse destaque que a China conquistou com seu significativo crescimento econômico e avanço tecnológico, a consolidou como um dos principais atores no sistema internacional.

Em 2007, no XVII Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, o presidente Hu Jintao afirmou: “Na era atual, a cultura tornou-se uma fonte cada vez mais importante de coesão e criatividade nacional e um fator de crescente importância na competição pela força nacional global”<sup>1</sup> (Jintao, 2007, p.2, tradução nossa). Sendo assim, a liderança chinesa colocou em evidência a cultura como uma ferramenta essencial para a política externa e para a diplomacia do país.

A partir dessa linha estratégica, visando trabalhar a imagem do país, em 2004, foi criado o primeiro Instituto Confúcio, na capital sul-coreana, Seoul. Foi supervisionado pela Hanban, também conhecida como Departamento do Conselho Internacional da Língua Chinesa e vinculada ao Ministério da Educação. Por meio de parcerias entre universidades chinesas e estrangeiras com o auxílio da Hanban, esses institutos promovem cursos de língua chinesa, eventos culturais e intercâmbios. Ao final de 2014, a Hanban contabilizava mais de 475 Institutos Confúcio pelos cinco continentes, assim como 851 salas de aula Confúcio em 120 países (Zhou; Luk, 2016).

Para deLisle (2010), os Institutos Confúcio são os instrumentos mais perceptíveis da diplomacia pública, assim como a exteriorização principal da agenda de *soft power* cultural da China. Entretanto, para alguns teóricos chineses essa estratégia foi mal executada, e a utilização do confucionismo como atrativo é problemática, isso porque prejudica a percepção de outros países acerca da China, levantando dúvidas sobre as intenções chinesas e reafirmando uma narrativa que coloca o país como uma ameaça externa (Lo; Pan, 2016, p. 520). Além disso, os institutos foram alvos de críticas e preocupações ao redor do globo. Em diversas universidades, eles receberam oposições às suas instalações, como no Reino Unido,

---

<sup>1</sup> No original: “In the present era, culture has become a more and more important source of national cohesion and creativity and a factor of growing significance in the competition in overall national strength”.

onde o professor de Relações Internacionais, Christopher Hughes, atacou a London School of Economics por receber dinheiro do governo chinês para financiar o instituto na universidade, acusando o Instituto Confúcio de ser um ramo da propaganda vinda de Pequim (Zhou; Luk, 2016).

Sendo assim, analisar a criação dos Institutos Confúcio é importante para entender a linha de raciocínio, os objetivos e as motivações do governo chinês, pensando em sua inserção internacional. Assim como a relevância do caso da China acerca de seu desenvolvimento econômico, que gerou destaque e desafiou a confiança de países como os Estados Unidos, e questionamentos sobre como foi o processo de desenvolvimento de imagem da ‘nova China’ no sistema internacional.

A escolha pelo recorte temporal no governo contemporâneo se dá pelo motivo da importância que essa estratégia tem na política externa da gestão de Xi Jinping, iniciada pelo governo de Hu Jintao, no qual a teoria de *soft power* e diplomacia cultural foram incluídas como estratégias de política externa (Zhou; Luk, 2016). Além de ser o período em que já houve consolidação dos Institutos Confúcio, o que mostra ser um recorte adequado para compreender a relação da diplomacia cultural e os interesses da China em sua inserção internacional.

Este trabalho consiste em um estudo de caso acerca da utilização dos Institutos Confúcio como ferramenta de diplomacia cultural e *soft power*. Para tanto, a pesquisa bibliográfica consiste na leitura e análise de livros e artigos que abordam o tema de diplomacia cultural, *soft power*, Institutos Confúcio, os governos de Hu Jintao e Xi Jinping. Em relação à análise documental, foram analisados documentos oficiais do governo chinês e do Partido Comunista Chinês, assim como discursos, entrevistas e apresentações. Isso auxiliou na constituição de uma base teórica e na utilização de fontes estáveis. Além da pesquisa qualitativa, também foi realizada uma pesquisa quantitativa, na intenção de analisar os números que permeiam o crescimento dos Institutos Confúcio, tentando comparar esses números com acontecimentos importantes para a diplomacia chinesa durante o período escolhido.

Em suma, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a atuação dos Institutos Confúcio como uma ferramenta de diplomacia cultural e política externa da China, em especial, no governo de Xi Jinping. Governo que tem como objetivo o *soft power* para essas políticas desde a inserção internacional chinesa com o governo de Hu Jintao e o crescimento econômico do país. Sendo assim, a estrutura do trabalho é composta por um capítulo inicial de análise e revisão da literatura acerca da política externa contemporânea e a inserção

internacional chinesa, analisando os objetivos do governo chinês. O capítulo seguinte conta com a definição de diplomacia cultural e *soft power* sob a lente de diversos autores, assim como as visões de autores chineses sobre os conceitos. E em último, uma análise dos Institutos Confúcio, acerca de seu contexto de criação e eficácia como instrumento de relações internacionais chinesas.

# 1 POLÍTICA EXTERNA CONTEMPORÂNEA E INSERÇÃO INTERNACIONAL CHINESA

## 1.1 Contexto

Ao analisar as iniciativas chinesas no âmbito do sistema internacional, torna-se evidente uma continuidade nos planos de política externa do país ao longo dos últimos anos. No entanto, ao longo da história, a China demonstra uma alternância entre momentos de isolamento e outros de interação externa (Montenegro, 2019), no qual é possível identificar a complexidade de uma definição de abordagem de política externa que seja aceita no sistema e ainda atinja seus objetivos. Entretanto, quando ocorre o período de abertura econômica no final dos anos 1970, a política externa chinesa começa a tomar um rumo pragmático, trazendo objetivos mais claros e planos de ações mais estrategicamente pensados com o intuito de alcançar as metas estabelecidas (Sun, 2014).

Ademais, é importante ressaltar que a *détente* entre a China e os Estados Unidos já se formava nitidamente no início da década de 70, após o distanciamento chinês da União Soviética e o fracasso americano na Guerra do Vietnã no final dos anos 60, o que significou uma nova estratégia de distanciamento pragmático das orientações ideológicas de cada país para lidar com fatores estruturais do sistema internacional (Spencer, 2000). Sendo assim, durante esse período a China entrou para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que resultou no reconhecimento do regime e normalização das relações com outros países. Além disso, a partir da ruptura do embargo comercial à China, se viabilizou concessão de crédito e financiamentos internacionais, resultando na intensificação do grau de inserção chinesa na economia internacional (Spencer, 2000).

Então, no ano de 1990 começava-se a traçar a estratégia pensada em um perfil discreto no sistema internacional, que tinha como objetivo interesses nacionais: 1) a cooperação com outros países; 2) análise e observação de normas internacionais; 3) defesa da estabilidade e do *status quo*; isso porque era necessário para a ideia do governo, licitar tempo e visar um objetivo maior (Brown, 2017, p.19). Outrossim, em 1991, o primeiro-ministro chinês Li Peng apresentou um plano denominado “política externa independente de paz”, que foi inspirado nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, elaborados na Conferência de Bandung em 1955 (Xie, 1997).

Essa descrição é exposta no governo de Hu Jintao (2003–2013) que, sob a gerência de Dai Bingguo, personagem central na política externa da gestão de Hu, trouxe o papel de “desenvolvimento pacífico”, buscando-o em operações de cooperação internacional com ganhos mútuos (Montenegro, 2019). Vale ressaltar ainda que, de acordo com Brown (2017), a política externa chinesa procurava manter o perfil discreto, porém, ela sofreu interferências com eventos que ocorreram no início do século XXI, como o 11 de setembro e a crise financeira de 2008, que colocaram uma pressão na China de assumir responsabilidades em questões de segurança.

Assim, como essa estratégia de discrição não foi suficiente para tranquilizar as reações críticas e preocupações estadunidenses com o crescimento chinês, ainda mantendo o perfil discreto, a China foi colocada como a maior concorrente dos Estados Unidos. Esse fato ficou perceptível em 2010, quando a administração do presidente Obama adquiriu uma estratégia de reequilíbrio com a China no leste asiático, buscando trazer uma aproximação e melhores relações diplomáticas com países asiáticos. Apesar dos esforços, a percepção de diversos atores globais continuou tendo a China como importante concorrente dos Estados Unidos (Yan, 2014, p. 156).

Ademais, outra crítica levantada a essa abordagem de política externa era em relação à ineficiência de apaziguar conflitos entre os países vizinhos. Para Yan (2014), essa estratégia de *low profile* não resultava em um ambiente favorável para a China, que colocou em xeque a eficácia da política externa e, como o governo chinês era relutante em mudar de estratégia, levantou inseguranças no ocidente em relação à China (Yan, 2014).

### 1.2.1 Governo Xi Jinping

Nesse contexto, o governo de Xi Jinping, que teve sua formação em 2013, iniciou um período de inflexão comportamental na política externa (Montenegro, 2019). Sendo assim, segundo Yan (2014), foi delimitado um novo plano de política externa chamado de *Striving for Achievement*. Esse tem como objetivo buscar interesses em comum com países vizinhos, defender um novo conceito de interesses e moralidade e valorizar amizades e justiça. O que difere da antiga estratégia, em primeiro lugar, é a busca por interesses comuns, que anteriormente era a construção de confiança através de cooperação estratégica (Montenegro, 2019).

Ademais, de acordo com Goldstein (2020), as abordagens da gestão estruturam dois elementos. Primeiro, é necessário reassegurar as intenções benignas do crescimento chinês para outros países no sistema internacional. Em segundo, Xi Jinping passou a promover reformas da ordem internacional que facilitaram a inserção chinesa. Esse esforço aconteceu porque era necessário revitalizar essa ordem para garantir que refletisse a mudança de distribuição de poder e dinheiro entre os Estados (Goldstein, 2020).

Além disso, nesse início, o governo de Xi Jinping também tinha como missão trazer o “rejuvenescimento nacional”, como explica Feng Zhang (2019), na medida em que era importante restaurar o status internacional da China como uma posição de direito e enfrentar a dominância do Ocidente desde a era moderna (Zhang, 2019). Esse rejuvenescimento levantado por Xi Jinping assumiu uma ideia mais ativista, na qual a China se tornou mais capaz de enfrentar os desafios e de lidar com um ambiente de segurança menos indulgente, porque a nova estratégia antecipa que outros países serão céticos e que, às vezes, a cooperação será insuficiente. A partir dessa estratégia, a intenção é garantir que a China não está simplesmente se adaptando ao ambiente, mas também moldando o sistema no qual está crescendo (Goldstein, 2020, p 178).

Ademais, esse pensamento, segundo Zhang, veio no início do governo de Xi, acompanhado por um discurso de restauração do orgulho chinês após um “século de humilhação” na era moderna com a Guerra do Ópio de 1839 e a luta do povo chinês contra esses desafios internos e a agressão estrangeira. Com isso, o Partido Comunista Chinês, em sua fundação, colocou como missão esse rejuvenescimento nacional. E logo no início de seu governo, Xi relembra essa missão e a coloca novamente em seus planos políticos (Zhang, 2019).

Xi Jinping discursou sobre sua ambição internacional no Congresso do Partido Comunista em 2017, enfatizando a necessidade de concentrar forças no desenvolvimento chinês e nas responsabilidades e constituições para o mundo. Também é destacável sua fala sobre o crescimento econômico do país e seu fortalecimento e, como resultado desses fenômenos, a aproximação de uma contribuição para a humanidade. Outro ponto importante, enfatizado por Xi, é tornar a China um líder global em termos de força nacional e influência internacional até 2035–50 (Zhang, p. 14, 2019).

A gestão de Xi Jinping queria transmitir a mensagem que a moralidade está acima dos lucros econômicos, que antes eram priorizados. E ao valorizar as amizades, Renan H. Montenegro (2019) afirma: “[...] a China delineará sua política com relação a um determinado

país levando em conta o caráter das relações bilaterais existentes.” (Montenegro, 2019, p. 307)

Além disso, Zhang (2019) afirma que Xi Jinping trouxe o discurso de uma comunidade com um futuro compartilhado, no qual ele convida todos os países a: “trabalhar em conjunto para construir uma comunidade com um futuro partilhado para a humanidade, para construir um mundo aberto, inclusivo, limpo e belo que goze de paz duradoura, segurança universal e prosperidade comum.”<sup>2</sup> (Zhang, 2019, tradução nossa). Para o autor, esse pensamento é herdado de seu predecessor, Hu Jintao, que também enfatizava a necessidade de comunidade global, elevando o raciocínio de Hu para uma doutrina política e continuando os conceitos de cooperação internacional. (Zhang, 2019).

Nesse raciocínio de comunidade global, para Brown (2017), a política externa chinesa divide o sistema internacional em zonas de estratégia considerando quatro pilares: proximidade geográfica, laços econômicos, interesses de segurança e tecnologia. Sendo assim, as políticas externas com cada região do globo são planejadas de acordo em como se encaixam na estratégia da China:

Simplificando, um país que tenha elevados níveis de comércio com a China, interesses de segurança comuns e sobrepostos em termos do poder das suas forças armadas e da extensão das suas alianças, tecnologia forte e ativos intelectuais e proximidade geográfica, será mais importante para a China do que um país com baixos níveis de comércio, poucos interesses de segurança comuns, tecnologia limitada ou ativos intelectuais e geograficamente distantes. [...] Mas a maior parte dos países pode ser localizada ao longo de um espectro em que cada um dos fatores acima referidos pode ser contado e em que se pode dar uma medida aproximada da sua importância para a China (Brown, 2017, p. 69-70, tradução nossa)<sup>3</sup>.

As regiões são Estados Unidos, União Europeia, América Latina, África, Oriente Médio e Ásia, porém, é possível destacar entre essas, algumas que trouxeram mais discussões no sistema internacional, nesse caso, a relação China e Estados Unidos, na qual são compartilhados interesses econômicos e tecnológicos, mesmo que aconteçam desavenças em questões como segurança (Montenegro, 2019). Além disso, o cenário contemporâneo entre as duas potências apresenta uma disputa geopolítica com foco na economia política, mas com

---

<sup>2</sup> No original: “work together to build a community with a shared future for mankind, to build an open, inclusive, clean, and beautiful world that enjoys lasting peace, universal security, and common prosperity.”.

<sup>3</sup> No original: “Put simply, a country which has high levels of trade with China, common, overlapping security interests in terms of the power of its armed forces and extent of its alliances, strong technology and intellectual assets and geographical closeness, will matter more to it than somewhere which has low trade levels, few common security interests of issues, limited technology or intellectual assets, and is geographically distant. [...] But most countries can be located along a spectrum where each factor spelled out above can be tallied and a rough measure of its importance to China given.”.

alguns desdobramentos nas relações militares (Vadell, 2011, p.109). Nessa perspectiva, autores já analisaram um risco de guerra comercial e cambial entre os EUA e a China, e um dos maiores desafios ainda é construir métodos de governança econômica internacional que possam encaixar potências econômicas ocidentais e emergentes (Friedberg, 2010, p.39).

Em relação à Ásia, segundo Montenegro (2019), vale destacar o papel geopolítico da Ásia Central e a Meridional, que auxiliaram na iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda no século XXI. Ademais, Zhang também aponta que para políticas de vizinhança, Xi Jinping adotou princípios de sinceridade, benefícios mútuos, inclusão e amizade, visando construir uma comunidade com interesses e responsabilidades em comum para criar uma política de confiança (Zhang, 2017). Ao pensar em regiões como África e América Latina, é importante destacá-las como receptores de investimentos, principalmente em infraestrutura e recursos naturais, adotando um papel de contribuição para humanidade (Montenegro, 2019).

Essa ambição de Xi Jinping de contribuição chinesa para o sistema internacional ficou clara em seu discurso no 19º Congresso do Partido Comunista, no qual ele afirmou querer oferecer a sabedoria e abordagem chinesa para problemas que preocupam o globo. Ainda no discurso, ele levantou três papéis internacionais para a China: 1) construtor da paz mundial; 2) preservador da ordem internacional; 3) contribuidor do desenvolvimento global. Com isso, na visão de Zhang (2019), Xi foi tentado a promover um modelo chinês de relações internacionais, ao querer estimular essa sabedoria e visão chinesa, ao mesmo tempo que atribui esses papéis à China (Zhang, 2019).

Além disso, nessa tentativa de exportar a sabedoria e abordagem chinesa, Zhang (2019) afirma que o presidente também procura restaurar o status da China no Sistema Internacional, por mais que ainda não tenha conseguido afirmar a centralidade da China nos assuntos mundiais (Zhang, 2019). Ademais, Goldstein (2020) afirma que o objetivo de Xi Jinping era também causar uma reforma no Sistema Internacional, não mudando como um todo, mas trazendo mudanças que o transformem em algo mais justo e razoável para todos os países (Goldstein, 2020). Essa linha estratégica é recebida inquietantemente pelas elites ocidentais devido ao potencial de se transformar em uma propaganda chinesa (Zhang, 2019).

Em relação a essa preocupação ocidental, Goldstein (2020) afirma que uma das estratégias de Xi Jinping era enfatizar que a China não tinha intenção de desafiar a liderança estadunidense e as instituições econômicas internacionais que tinham lideranças americanas desde a metade do século XX (Goldstein, 2020). Entretanto, Xi Jinping enfatiza a necessidade de desenvolver uma abordagem diplomática condizente com o papel de um país relevante,

resumindo as práticas e experiências anteriores para a garantia da condução da diplomacia com uma visão chinesa (Poh, 2017, p.86).

Além disso, ele iniciou uma diplomacia cuja intenção era mitigar as reações negativas que o novo contexto chinês trouxe com seu crescimento econômico (Goldstein, 2020). Sendo assim, Xi se encontrou com o então presidente estadunidense Obama, em junho de 2013, para formar uma relação de respeito mútuo, que resultou no futuro, em 2016, em resoluções de diferenças e a entrada dos dois países no Acordo de Paris sobre mudança climática (Goldstein, 2020).

Na análise de Christensen (2012), é possível entender uma diferença em como a política externa contemporânea chinesa é enxergada por analistas internos e externos. A visão ocidental enfatiza que política e estratégia são mais assertivas e que os chineses possuem uma perspectiva nítida em relação ao seu poder e influência no sistema internacional. Pode ser visto em artigos como de Goldstein (2020), cuja crença é de que as políticas externas de Xi Jinping levantaram inseguranças, dificultando ainda mais o trabalho da China em seu plano de rejuvenescimento e trouxe mais obstáculos para continuar se relacionando com as maiores economias globais, fazendo os parceiros econômicos reconsiderarem seu relacionamento com o país:

Como resultado, a China enfrenta agora maiores obstáculos para continuar o seu profundo envolvimento econômico com os países mais avançados da economia global. Em vez de conseguir angariar apoio para reformas que sustentem a ordem econômica internacional aberta que tem sido essencial para a modernização do país, a política externa de Xi encorajou os principais parceiros econômicos a reconsiderar o seu compromisso com a China (Goldstein, 2020, p. 200, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Enquanto a visão doméstica é predominantemente analisada como uma política descoordenada que necessita de uma estratégia que, na realidade, não existe (Christensen, 2012). Como conclui Zhang (2019), ainda que a relação bilateral com os Estados Unidos esteja deteriorando, ainda existe uma dúvida sobre quais interesses comuns e que tipo de comunidade a China quer auxiliar, além de lidar com a insegurança do ocidente. Mas ainda assim, a doutrina de Xi Jinping trouxe um alívio para os desafios das relações internacionais chinesas no século XXI (Zhang, 2019).

---

<sup>4</sup> No original: “As a result, China now faces higher hurdles to continuing its deep economic engagement with the most advanced countries in the global economy. Rather than successfully rallying support for reforms that would sustain the open international economic order that has been essential to the country’s modernization, Xi’s foreign policy has encouraged key economic partners to reconsider their engagement with China.”

## 2 DEFINIÇÃO DE DIPLOMACIA CULTURAL E *SOFT POWER*: AS VISÕES CHINESAS SOBRE OS CONCEITOS

O conceito de diplomacia cultural aparece no campo de Relações Internacionais para analisar e observar ações políticas que envolvem cultura entre os países. Segundo o diplomata Edgard Telles Ribeiro, em sua obra *Diplomacia Cultural — Seu papel na política externa brasileira* (2011), afirma que a diplomacia cultural abrange temas e projetos como o ensino de língua, promoção da arte e artistas, intercâmbio de pessoas, apoio a projetos de cooperação e distribuição de materiais de divulgação, nos quais estarão presentes, em outros países, com o objetivo de realizar a difusão cultural no exterior. (Telles, 2011).

Ademais, Telles (2011) debate sobre a definição de cultura e como é algo subjetivo. Entretanto, é uma área que deve receber cada vez mais destaque no mundo político contemporâneo, já que a circulação de informações acontece em extrema velocidade. Isso tem extrema importância para política devido ao processo de troca de ideias; sendo um elemento imprescindível para a política externa (Telles, 2011). Ele ainda desenvolve que o trabalho da diplomacia cultural serve como uma forma de realizar conexões, além de criar alicerces duradouros, cultivando relações confiantes e de respeito mútuo entre países:

Com efeito, o trabalho cultural preenche uma função aglutinadora, que nenhum outro componente de nosso instrumental diplomático, tomado isoladamente ou em conjunto, poderia preencher. [...] O trabalho cultural reforça, em bases mais duradouras, sentimentos de confiança e respeito mútuo. (Telles, 2011, p. 46).

Além disso, o diplomata define uma necessidade para esse campo: “A diplomacia cultural deve, em uma primeira etapa, ser fortalecida internamente — para, em seguida, ser colocada a serviço dos mais altos interesses externos do país” (Telles, 2011, p. 27). Esse pensamento é reafirmado em 2007, quando o governo chinês e o então presidente, Hu Jintao, anunciaram a diplomacia cultural como instrumento de política externa para a inserção internacional da China. No XVII Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, Hu Jintao anunciou a estratégia do governo em relação ao fortalecimento da política externa na China, sendo essencial pensar na cultura do país, já que é uma fonte de força nacional e um grande elemento de coesão. Ele ainda destacou a importância do *soft power* para a estratégia chinesa na inserção internacional, incluindo a cultura como uma forma de instrumento para o conceito.

Seguindo nessa linha de raciocínio, que envolve a cultura como uma ferramenta para as relações internacionais, Majie Zhu (2002) em seu artigo *Contemporary Culture and International Relations*, é identificado modos nos quais a cultura tenha a possibilidade de influência nas relações internacionais: 1) o papel da cultura nas conquistas dos Estados, já que nenhum resultado é alcançado sem a cultura fornecendo bases éticas, econômicas e espirituais da vida humana; 2) líderes políticos são guiados por conceitos culturais em momentos de análise de questão política, sendo a cultura fundamental no processo decisório; 3) a cultura forma estruturas sociais e econômicas e serve de base para as instituições; 4) percepção de cultura é dominante nas relações internacionais, é a base do comportamento de um Estado e a fonte primordial de conflitos internacionais; 5) cultura é vista como impulsionadora das relações internacionais, devido à noção de harmonia atrelada a convergência e complementaridade das culturas.

Além disso, é preciso entender o papel dos atores e estruturas e suas interações, cruciais para formação da política externa, assim como identificar a interseção entre campos materiais e ideológicos que realizam influência no comportamento do Estado: o fator humano (Hudson, 2005). A compreensão torna-se necessária, porque permite interpretar a versatilidade na política externa, sendo possível analisar mudanças e responsabilidades presentes nas ações diplomáticas (Hudson, 2005).

Ainda naquele discurso, Hu Jintao argumentou sobre a necessidade de fortalecer a cultura como parte do *soft power*: “Devemos (...) aprimorar a cultura como parte do *soft power* de nosso país para garantir melhor os direitos e interesses culturais básicos do povo, enriquecer a vida cultural na sociedade chinesa e inspirar o entusiasmo do povo pelo progresso”.<sup>5</sup>(HU, 2007, tradução nossa). Esse conceito mencionado no discurso, criado por Joseph Nye, é definido como a capacidade de realizar o que se quer mais pela simpatia do que pela coerção. Nye explica que esse poder se ocasiona a partir de três recursos possíveis: cultura, valores políticos e políticas externas de um país (Nye, 2006).

Ademais, o autor também diferencia, no artigo *Soft Power and Cultural Diplomacy* (2010), os conceitos citados pelo presidente Hu Jintao. Para Nye, a diplomacia cultural é um dos meios da diplomacia pública utilizada por governos na intenção de se comunicar com indivíduos de outros países e não exclusivamente com seus governos, enquanto o *soft power* é derivado dos valores expressados na cultura de um país, através da prática e de políticas

---

<sup>5</sup> No original: “We must (...) enhance culture as part of the soft power of our country to better guarantee the people's basic cultural rights and interests, enrich the cultural life in Chinese society and inspire the enthusiasm of the people for progress.”

domésticas, assim como um Estado se relaciona com outros (Nye, 2010). Ou seja, o *soft power* é reflexo do governo como um todo, no qual é também uma importante forma de comunicação entre países.

O conceito de *soft power* foi introduzido na China pelo cientista político e assessor sênior do governo central chinês, Wang Huning, em 1993 (Xiao, 2017). Em seu ponto de vista, o conceito significa a cultura representando o poder do país e, ao pensar nas fontes de influência definidas por Nye, a cultura tem um dos papéis mais importantes para a China.

Weihong Zhang (2010) analisa que os líderes chineses seguiram nessa linha teórica, devido a sua sutileza, buscando não chamar atenção e nem enfrentar os Estados Unidos. Ele afirma que: “Essa política enfatizava que a China deveria manter um perfil discreto nos assuntos internacionais, aguardando seu momento, nunca assumindo a liderança e desenvolvendo suas capacidades” <sup>6</sup>(Zhang, 2010, p. 390, tradução nossa). O autor ainda pontua que a escolha pelo *soft power* auxiliou a não alarmar o ocidente, que lidava com o crescimento econômico chinês, e para evitar um estranhamento maior no recebimento dessas políticas:

No entanto, a definição de soft power como “usar o poder com suavidade” é um conceito útil, que se coaduna com o ideal chinês de construir um mundo harmonioso (datong) e que também dá corpo a uma dimensão do soft power chinês - o soft power como estratégia para acalmar o receio do Ocidente face à ameaça sentida pela ascensão da China (Zhang, 2010, p. 393, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Ademais, para o autor Guozuo Zhang (2017), diretor do *Center of Chinese Soft Power Studies*, ao *soft power* cultural utilizado por outros países, o conceito de Nye se diferencia do *soft power* cultural chinês, devido a diferentes objetivos porque Nye procurava atender interesses dos Estados Unidos, defendendo seus objetivos hegemônicos. Enquanto na perspectiva chinesa, o propósito é aumentar a força cultural interna no país para que ela seja externalizada. Além de apresentar um campo de visão mais amplo em relação à cultura do que Nye observa, para o autor a cultura é o centro do *soft power* chinês, sendo insubstituível (Zhang, 2017).

Desse modo, a cultura chinesa tem, em sua base, os valores essenciais do socialismo, que administram e influenciam qualquer outro valor (Zhang, 2017). Sendo assim, são

---

<sup>6</sup> No original: “This policy emphasized that China must keep a low profile in international affairs, biding its time, never taking the lead and building up its capabilities”

<sup>7</sup> No original: “But defining soft power partly as ‘using power softly’ was a useful concept, which resonated with the Chinese ideal of building a harmonious world (datong) and also fleshed out one dimension of Chinese soft power — soft power as strategies to allay the fear in the West to the perceived threat caused by the rise of China.”

identificáveis três níveis de análise acerca da cultura chinesa. Em nível macro, a cultura tem sua relevância quando passa a existir no cérebro humano, ou seja, além de ser algo material, a cultura também é espiritual. Em nível médio, ao pensar em meios que a cultura se propaga, é possível incluir campos que se relacionam ao desenvolvimento chinês, referindo-se a ideologia transmitida por meio da linguagem, valores e emoções das pessoas. Em nível micro, é possível identificar a cultura no conhecimento de diferentes campos, disciplinas, leis e políticas (Zhang, 2017).

Zhang (2017) ainda destaca que o crescimento do interesse e análise sobre *soft power* trouxeram a necessidade de esboçar um estudo do *soft power* cultural da China, formulando um alicerce para acadêmicos chineses. E, logo no início de sua obra, o autor diferencia o conceito da ideia de Nye: “Além disso, fica claro que o *soft power* cultural da China é radicalmente diferente do de Joseph Nye em termos de seu princípio de orientação para as pessoas, suas categorias, principais áreas e problemas centrais”<sup>8</sup>(Zhang, 2017, p. 37, tradução nossa).

Um ponto a destacar na bibliografia analisada, é a relação entre a cultura tradicional e a cultura contemporânea chinesa. Isso ocorre devido ao processo de formulação do *soft power* chinês, que utiliza a cultura tradicional da China. Como era visto em falas de figuras políticas, como o premiê chinês Wen Jiabao, que em 2003 destacou que: “De Confúcio ao Dr. Sun Yat-sen, a cultura tradicional chinesa apresenta muitas ideias e qualidades preciosas, que são essencialmente populistas e democráticas”<sup>9</sup>(Jibao, 2003, tradução nossa). Para o premier, a cultura tradicional é um pivô na união e regulação do país e da sociedade.

Essa relevância da cultura tradicional é analisada em referência ao *soft power* na China pelo autor Quing Cao (2011), cujo destaque é o consenso da elite intelectual e política de que esses valores tradicionais são uma sustentação ontológica e epistemológica almejada para o futuro do país. Algo que pode ser identificado em todos os discursos e planos de política externa feitos pelos presidentes chineses é a necessidade de manter uma visão chinesa lembrando a cultura e valores históricos na formulação de planos de ações externos, como visto no plano de rejuvenescimento nacional (Liu, 2019).

Zhang (2017) ressalta que a cultura tradicional chinesa é o gene e símbolo espiritual da nação, dando uma razão por trás da prosperidade do país. Ele ainda afirma que a cultura

---

<sup>8</sup> No original: “In addition, it is made clear that China’s cultural soft power is radically different from Joseph Nye’s in terms of its principle of people orientation, its categories, major areas and central problems”

<sup>9</sup> No original: “From Confucius to Dr. Sun Yat-sen, the traditional Chinese culture presents many precious ideas and qualities, which are essentially populist and democratic”.

contemporânea chinesa tem como base a cultura tradicional: “Evoluindo a partir das antigas tradições da cultura chinesa e absorvendo culturas estrangeiras durante o seu processo de desenvolvimento, a cultura chinesa contemporânea mantém a raiz, o caminho de desenvolvimento e a alma da cultura tradicional chinesa”<sup>10</sup> (Zhang, 2017, p.46, tradução nossa).

Além disso, é importante destacar que Zhang realizou uma entrevista com Joseph Nye, em 2012, publicada em seu livro. O autor questionou Nye em relação ao *soft power* cultural chinês e a resposta foi como a China ainda fica atrás dos Estados Unidos ou Europa e que se a China deseja ampliar seu *soft power*, é preciso diminuir o controle sobre a mídia, opinião pública e cultura.

No governo contemporâneo, Xi Jinping utiliza o termo *soft power* cultural, afirmando: “Para construir uma base sólida para o *soft power* cultural do país, a China precisa aprofundar a reforma em seu sistema cultural, promover os valores fundamentais socialistas e impulsionar o setor cultural”<sup>11</sup> (Xi Jinping, 2014, tradução nossa). Ademais, segundo Yun Xiao (2017), é importante analisar como o conceito foi difundido como cultural *soft power* na China, sendo responsáveis por isso, tanto a internet quanto o governo, que o utiliza como *slogan* por agentes em vários momentos.

Ao analisar a teoria de Nye, é possível entender que autores chineses são críticos ao conceito. De acordo com Zhimin Chen e Lulu Chang (2013), a definição de *hard power* como persuasão, relacionada com recursos militares e econômicos, e *soft power*, pensado na atração, na visão chinesa, cria-se uma visão simplista entre recursos de atração e coerção, excluindo relações complexas entre recursos de poder e como é aplicado (Chen; Chang, 2013). Os autores definem que esses recursos podem ser tangíveis—coerção e intangíveis—atração, ainda é possível que poderes tangíveis e físicos podem causar atração, assim como recursos intangíveis e não físicos podem causar coerção. Eles afirmam:

De facto, entre os países do Terceiro Mundo, especialmente a China, que tem instituições diferentes das dos países ocidentais, é fácil encontrar alguns exemplos em que os recursos intangíveis são utilizados de forma coerciva em relação a estes países. Os países ocidentais tiram geralmente partido do seu poder discursivo sobre a opinião pública internacional e utilizam as declarações dos políticos e os relatos dos meios de comunicação social para produzir uma imagem negativa de um país e demonizar o seu concorrente. Para além disso, os países ocidentais podem exercer

---

<sup>10</sup> No original: “Evolving from the ancient traditions of Chinese culture and absorbing foreign cultures during the process of its development, the contemporary Chinese culture retains the root, development path and the soul of traditional Chinese culture”.

<sup>11</sup> No original: “In order to build a solid foundation for the nation's cultural soft power, China needs to deepen the reform in its cultural system, promote socialist core values and push forward the cultural industry”

pressão moral sobre um país para o forçar a alterar as suas políticas internas e externas, concretizando assim o efeito de um “ataque suave”(Chen; Chang, 2013, p.8, tradução nossa)<sup>12</sup>.

No artigo *Chinese Cultural Diplomacy: instruments in China's strategy for international insertion in the 21st Century* (2019), Bercard e Menechelli Filho declaram que o sistema político chinês atual pode ser um problema no sentido de projeção da imagem nacional, mas acreditam que a história do país é apelativa, e isso é a chave para o desenvolvimento do *soft power* chinês (Bercard; Menechelli Filho, 2019, p. 3). Ou seja, os líderes têm a consciência da recepção que a política externa chinesa recebe nos demais países do sistema internacional, sendo crucial apresentar uma estratégia que não coloque essa suspeita em evidência. Além disso, os autores analisam visões chinesas acerca do conceito de Nye, criticado por alguns que acreditam que seu entendimento sobre cultura é restrito, em virtude de que não existem valores políticos e política externa sem cultura (Bercard; Menechelli Filho, 2019).

Os autores Robert Ross e Alastair Ian Johnston (2006) afirmaram, *a priori* do discurso de Hu Jintao, que o governo chinês avaliava que a reputação da China em outros países seria importante nas respostas ao crescimento do país e no julgamento dos objetivos chineses (Ross; Johnston, 2006), reforçando a necessidade da reputação chinesa ser importante para a inserção do país no sistema internacional após seu crescimento, com o desafio de ser vista com estranhamento devido sua ideologia política diferir da concepção ocidental e vista como o “outro” na percepção ocidental: “A diplomacia cultural da China foi lançada com a sombra de ser o “outro cultural” e o “outro ideológico”<sup>13</sup> (Liu, 2019, p. 658, tradução nossa).

Outrossim, algumas características proeminentes da política externa chinesa também podem ser analisadas em dois campos, ocidental e oriental, acerca dos desafios ideológicos, históricos e culturais, além do aspecto geográfico (Liu, 2019, p. 658). Em primeiro, a diplomacia chinesa enfrenta diferentes esferas culturais, como em países ocidentais, com limites culturais relativamente difíceis, como os Estados Unidos, no qual é necessário enfrentar um anticomunismo e corrigir a imagem chinesa de “outro” cultural e ideológico

---

<sup>12</sup> No original: “In fact, among Third World countries, especially China, which has different institutions than Western countries, it is easy to find some examples where intangible resources are used in a coercitive way toward these countries. Western countries usually take advantage of their discursive power on international public opinion and use politicians’ statements and media reports to produce a negative image of a country and demonize its competitor. Beyond this, Western countries could put moral pressure on a country to force it to change its domestic and foreign policies, thus realizing the effect of a ‘soft strike’”.

<sup>13</sup> No original: “China’s cultural diplomacy was launched while carrying the shadows of being the ‘cultural other’ and ‘ideological other’”.

(Liu, 2019, p. 658, tradução nossa). Enquanto em países orientais, suas fronteiras culturais são relativamente suaves, mas que podem ser endurecidas devido ao nacionalismo de cada país, resultando em uma força motriz para a China reforçar sua campanha de diplomacia cultural em nível interno, assim como uma força de países parceiros salvaguardarem suas identidades nacionais (Liu, 2019, p. 658).

Em segundo ponto, os desafios acerca do principal projeto, os Institutos Confúcio, porque se torna uma missão dupla devido à natureza emaranhada da ideologia e cultura, além da abordagem liderada pelo Estado chinês para implementar a diplomacia cultural, cujo primeiro plano tem um efeito paradoxal de assumir um tom ideológico quando desejam fazer a separação da dimensão cultural (Liu, 2019, p. 658). E como terceira característica, ainda pensando nos Institutos Confúcio, é o alcance globalizado do projeto ser sustentado por uma entrada centralizada com uma prática assertiva em definir prioridades diferentes para se adaptar a diversos públicos-alvo, focando na justificativa do ensino da língua chinesa para países com barreiras culturais suaves, enquanto para países com limites culturais relativamente difíceis, o discurso é de compreensão da China (Liu, 2019, p.658).

De acordo com o autor Falk Harting (2016), a perspectiva chinesa em relação ao termo *xuan chuan* (propaganda) tem significado positivo, sendo associado a práticas favoráveis como publicidade e divulgação de notícias (Harting, 2016). Algo que difere a diplomacia cultural chinesa com a do ocidente, é a preocupação chinesa em divulgação de mensagem e convencimento do sistema internacional de que suas ações são positivas, enquanto outros Estados procuram mutualidade e intercâmbio, uma relação comunicativa recíproca. (Harting, 2016). Ou seja, na perspectiva da China, a cultura é uma estratégia essencial para conduzir a diplomacia chinesa, sendo vista como um fator importante para atrair pessoas de outros países.

Sendo assim, na prática, a China utiliza-se de instrumentos de diplomacia cultural similares aos de outros Estados, como é possível observar pelos Institutos Confúcio e institutos culturais no exterior, como a Aliança Francesa (Kong, 2015). Porém, observa-se diferenças em relação às visões chinesas de *soft power* e diplomacia cultural, como a alta valorização da cultura ao abordar o conceito de Nye, a percepção de cultura como instrumento em relações de poder e uma centralização no Estado acerca das ações de diplomacia cultural. E, por último, a ação de utilizar a diplomacia cultural como uma forma de assegurar segurança cultural e coesão interna, como mencionado no discurso de Hu Jintao em 2007, ou seja, a perspectiva da China apresenta interpretações diferentes daqueles presentes na literatura ocidental.



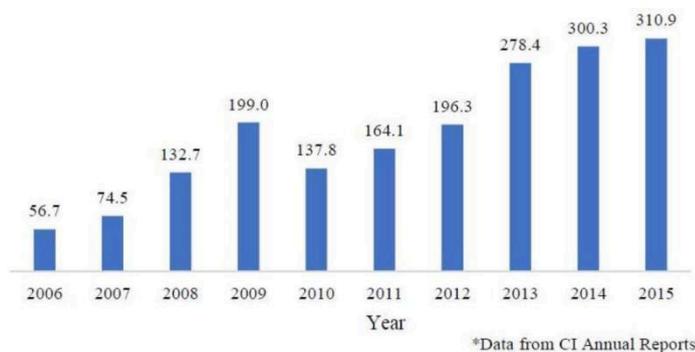
## 3 OS INSTITUTOS CONFÚCIO

### 3.1 Contexto

Os Institutos Confúcio (IC) são um dos mais notáveis instrumentos da diplomacia chinesa. Jaques deLisle (2010) descreve os IC como a manifestação mais ostensiva da agenda de *soft power* da China. Afirma o professor de *China Studies na The George Washington University*, Donald Clarke, em seu *blog* oficial que os IC são o projeto oficial de *soft power* do governo chinês (Clarke, 2014). O primeiro Instituto Confúcio foi estabelecido em novembro de 2004 na capital Seul, na Coreia do Sul (Gil, 2017). A partir desse momento e após o discurso do presidente Hu Jintao em 2007 no XVII Congresso do Partido Comunista Chinês, previamente mencionado, foi destacada a demanda chinesa no fortalecimento da cultura como forma do *soft power* (Hu, 2007), assim o programa dos IC teve um crescimento rápido em escopo e ambição.

Até o final de 2015, contabilizavam-se cerca de 500 Institutos Confúcio e 1.000 Salas de Aula Confúcio em 134 países/regiões do mundo, oferecendo mais de 211.500 aulas e matriculando mais de 5 milhões de alunos entre 2006 e 2015, e ainda 94,2 milhões de participantes em eventos culturais (Xiao, 2017). De acordo com o site oficial de divulgação de notícias, Hanban News, entre 2012 e 2015, 34 novos países aderiram ao projeto com a instalação de um Instituto Confúcio, somando 136 IC e 541 Salas de Aula Confúcio (Hanban News, 2017).

A Hanban é uma instituição responsável pela administração dos Institutos, pelo fornecimento de professores e pelo desenvolvimento e distribuição dos materiais de ensino, além de realizar a coordenação da cooperação entre as instituições parceiras na China e no exterior que conduzem os IC. Ademais, a Hanban também fornece suporte financeiro aos IC. De acordo com os relatórios anuais divulgados por ela, o investimento passou de US\$ 56,7 milhões em 2006 (Confucius Institute Headquarters, 2006) para US\$ 310,9 milhões em 2015 (Confucius Institute Headquarters, 2016). É perceptível como o investimento chinês se mostra crescente e a figura abaixo, abordada por Switzer (2018), demonstra isso:

**Figura 1** – Total de Investimento nos IC, em milhões de dólares

Fonte: SWITZER, 2018, p. 6

Os IC são constantemente comparados com institutos culturais como Aliança Francesa e Instituto Goethe, mas existem diferenças consideráveis entre eles, o que leva autores como Gary D. Rawnsley (2009) a afirmar que os IC podem ser vagamente inspirados em seus similares europeus. Um dos diferenciais apontados pela literatura refere-se à questão da representação. O professor de Relações Internacionais da *London School of Economics*, Christopher R. Hughes (2014), destacou que os institutos culturais europeus representam um Estado, não um partido político e, ao comparar com os exemplos europeus, levanta-se o fato de a China ser um Estado composto por um partido único e que tornaria os IC representantes da China, sendo também representantes do Partido Comunista Chinês, o que levou o autor a realizar críticas a possíveis perigos à liberdade acadêmica (Hughes, 2014).

Em análise à estrutura, Hughes afirma que a principal diferença entre o Instituto Confúcio e os institutos europeus é que, no caso destes, algum órgão central nesses países de origem cria institutos autônomos nos países estrangeiros. Ao contrário da China, que funciona com um modelo diferente, planejado a partir de uma cooperação entre parceiros chineses e estrangeiros, sob coordenação da Hanban (Hughes, 2014). Esse formato operativo é o que se torna alvo de críticas por parte de algumas instituições e analistas, mas é, também, apontado como um diferencial positivo dos IC por outros, visto que o projeto apresenta números de expansão em diversos países, como mencionado anteriormente.

### 3.2 Críticas aos Institutos Confúcio

Yun Xiao (2017) afirma que o crescimento rápido dos IC resultou em uma série de estudos e análises ao redor do globo, como no caso de Christopher R. Hughes previamente citado. Entretanto, os acadêmicos chineses focam no papel que os IC têm na promoção do idioma e da cultura, pensando no desenvolvimento do *soft power* do país, enquanto os acadêmicos estrangeiros são mais críticos, questionando o papel dos IC como ferramenta de poder usada pelo país asiático para apresentar outra narrativa sobre o país, que se oponha ideia da China como ameaça externa (Xiao, 2017).

As críticas aos IC são tanto externas quanto domésticas: no exterior, os IC são muitas vezes acusados de serem instrumentos de propaganda do Partido Comunista Chinês, como também de interferir na liberdade de ensino acadêmica (Gil, 2015). No campo doméstico, é questionado o porquê de subsidiar organizações estrangeiras, especialmente em países desenvolvidos, para ensinar chinês para estrangeiros, enquanto nas escolas chinesas, principalmente nas áreas rurais, há falta de investimentos (Lai, 2012).

David Shambaugh (2016) afirma que existem muitas controvérsias na academia estadunidense e europeia em relação a esses institutos, se eles estariam ou não em conflito com os valores de liberdade de pesquisa, pensamento e ensino ou se seria um “cavalo de Troia” para a propaganda chinesa no exterior. A experiência dos IC é, em geral, positiva, pois o conteúdo deles é algo inocente, sendo basicamente idioma, cultura e culinária, analisa Shambaugh. Porém, essa discussão ficou bastante acirrada nos Estados Unidos, especialmente depois das declarações do antropólogo e professor da Universidade de Chicago, Marshall Sahlins (2013), que acusou abertamente os IC de censurar discussões políticas e limitar o livre debate de ideias, além de omitir os verdadeiros resultados do projeto (Wallace, 2015). Os comentários de Sahlins iniciaram um debate sobre o papel dos IC nas universidades, seus impactos na liberdade de expressão e se eles seriam ou não um exercício perigoso do *soft power* chinês. Em 2014, o professor foi um dos diversos membros da Universidade de Chicago a assinar uma petição pedindo o fim do contrato da universidade com o IC, que acabou acontecendo ainda naquele ano (Wallace, 2016).

Em resposta às críticas de Sahlins, o professor Ed McCord, da *The George Washington University*, afirma que a preocupação de que os IC estão escondendo sua verdadeira agenda e relatórios financeiros são argumentos enganosos, quando o projeto disponibiliza todos seus registros de forma aberta (McCord, 2014). Além disso, o professor questiona se é necessário esse alarme quando os institutos europeus realizam atividades semelhantes dos IC, e que programas culturais de *soft power* são feitos até mesmo pelos Estados Unidos. Ele também adiciona que a presença dos ICs deve ser bem-vinda, visto que

existem diversos espaços em uma universidade para discussões sobre o assunto, e é necessário para garantir um discurso acadêmico realmente aberto (McCord, 2014).

Entretanto, é importante destacar que o exemplo discutido acima representa uma parcela mínima do amplo campo ocupado pelos IC. Em termos de fechamentos e cancelamento de contratos, por exemplo, em um total de mais de 500 IC distribuídos por todos os continentes, somente sete haviam deixado de operar até o final de 2017 (Liu, 2017). Como argumenta Anita Wheeler (2014), em seu estudo de caso sobre o IC na Universidade de Nairóbi, as dúvidas acerca do projeto Instituto Confúcio devem ser contextualizadas em negociações e concessões entre atores diferentes com interesses variados, requerendo estudos tanto de perspectivas macro e micro para conseguir uma análise mais clara das reais capacidades dos IC.

### **3.3 Resultados do projeto**

Em um estudo de caso sobre os Institutos Confúcio na Austrália e na Alemanha, o pesquisador Falk Hartig (2015) analisou o formato de “*joint venture*”, adotado pelos IC, e a capacidade que esse modelo tem de engajar atores locais. Segundo o autor, isso traz uma série de vantagens, uma delas sendo que esse modo de atuação é financeiramente positivo para a China, pois garante que o governo chinês consiga ampliar os efeitos de suas ações, com o mínimo de investimento possível (Hartig, 2015). Além disso, as universidades internacionais investem muito mais financeiramente nos IC do que a Hanban. O autor observou que esse pode não ser o caso de todos os IC, especialmente em países em desenvolvimento, mas que parece ser uma tendência global, como foi observado no discurso da Xu Lin, diretora-geral da Hanban, no qual ela comenta que, em média, a proporção de contribuição entre o lado chinês e o estrangeiro em 2014 foi de 1 para 1,5; respectivamente (Hartig, 2015).

Essa característica do financiamento resulta nas implicações em relação às críticas frequentemente mencionadas ao projeto do Instituto Confúcio. Hartig destacou que os IC não são as fontes inesgotáveis de recursos, principalmente, porque os parceiros internacionais também têm de investir de alguma forma, seja em dinheiro ou em suporte, como salas e locais de trabalho, de maneira que assegure o projeto. Assim, o autor conclui que os estudos que afirmam serem os recursos fornecidos pela Hanban o único motivo para uma universidade estrangeira sediar um IC, devem ser analisados com mais detalhes. Ele adiciona que os benefícios para esta parceria internacional são caracterizados em termos de suportes práticos

para a universidade anfitriã e para o público interessado na China, para conhecer mais sobre o país asiático. Ele ainda afirma que existem as vantagens práticas no contexto de uma cooperação de ensino superior, mas ao mesmo tempo, recorda os necessários compromissos financeiros intrínsecos à parceria e a atitude, às vezes hostil, de parte do público com relação aos IC. Em suma, para Harting fica a impressão de que os parceiros internacionais querem aproveitar o momento da China e estão dispostos a ignorar possíveis impasses não administráveis (Hartig, 2015).

Segundo Jeffrey Gil (2015), um dos aspectos negativos que os países anfitriões ignoram são resultados de uma falta de comunicação entre os IC e as universidades. Isto porque, não são estabelecidas expectativas que as universidades anfitriãs esperam do projeto e como pode ser a contribuição do IC para o ambiente acadêmico, ou seja, muitas das vezes a parceria é instituída com cada lado esperando algo diferente como fruto, o que pode afetar os planos dos IC (Gil, 2015). Além disso, Hartig (2015) também afirma que a narrativa criada pela China pode ser outro fator que atrapalhe o desempenho do projeto. De acordo com o autor, os IC apresentam uma versão politicamente correta da China para o mundo e isso inclui se referir e incentivar o uso de conceitos e *slogans* do Partido Comunista Chinês. Para ao autor, isso prejudica a capacidade dos IC de contribuírem com a diplomacia chinesa, porque esses deveriam apresentar uma descrição ampla da China, mas que isto não é uma falha do projeto, mas sim do sistema político que o administra (Hartig, 2015).

Ademais, Harting acrescenta que o comportamento internacional da China também contribui para a diferença de percepção entre como a China quer ser vista e como realmente é vista no sistema internacional. Enquanto a China quer projetar a narrativa de um país em desenvolvimento pacífico que busca construir um mundo harmonioso, o público global a percebe como uma ameaça que pode reconfigurar o sistema entre países (Hartig, 2015). Assim, para Sun (2015) os esforços dos IC para promover a imagem da China não terão como prosperar enquanto a China continuar insistindo na mesma narrativa, é necessário entender as preocupações estrangeiras e como abordá-las. Isto também se alinha com os planos discutidos pelos governos chineses de diminuir a diferença entre como o mundo vê o país (Sun, 2015).

Os autores Chi-Cheung Leung e Hilary Du Cros (2014) analisam as missões de diversos Institutos Culturais como, por exemplo, o Instituto Goethe, da Alemanha, que foca na promoção do idioma como um fator de qualificação para a educação e o emprego; enquanto os Institutos Confúcio têm como objetivo ajudar na harmonia e no desenvolvimento de um mundo harmonioso. Apesar de ênfases diferentes, ambos querem promover o idioma e a cultura, sendo suas duas missões principais compartilhadas por esses institutos no mundo.

Ademais, os autores destacam que diversos desses institutos culturais começaram seus trabalhos promovendo uma versão formalmente aprovada da cultura de seus países, não afetada por influências locais ou por versões híbridas (Leung; Du Cros, 2014).

Outra comparação entre os IC e os institutos culturais europeus feita por Leung e Du Cros (2014) é em relação a sua utilização estratégica para objetivos de diplomacia cultural. Os autores afirmam que muitos deles estão ativos ao redor do mundo, países europeus também usaram esse instrumento de diplomacia cultural em regiões, principalmente de ex-colônias, que consideravam estratégicas. A participação do Estado nessas iniciativas também não é exclusividade chinesa, já que o Estado é um dos atores da diplomacia cultural, que busca alcançar objetivos estratégicos nacionais, além de fortalecer o entendimento e a compreensão entre povos (Leung; Du Cros, 2014).

Além disso, Xin Liu (2017) menciona as aproximações e as diferenças entre o IC e seus homólogos ocidentais. Liu destacou uma pergunta feita pelo China Daily em 2010, no qual questionava o porquê das reações ao Instituto Confúcio serem muito maiores em comparação aos institutos ocidentais (Liu, 2017). Para responder a esse questionamento, a autora recorre aos conceitos de Foucault de teoria de relações de poder. Partindo dos três tipos de disputa propostos por Foucault — luta contra formas de dominação, luta contra formas de exploração e luta contra formas de subjetividade —, Liu (2017) sugere que o contexto no qual o IC se encontra envolve a luta contra a dominação cultural ocidental e contra a subjetividade da versão moderna do orientalismo.

No que diz respeito à imagem da China, há estudos que tentam analisar como o estabelecimento de IC afeta a percepção de outras nações sobre o país asiático. Para alguns, os ICs estão construindo uma influência na formação das novas gerações, o que traz um impacto positivo na imagem chinesa porque tem acontecido um aprofundamento no ensino do projeto, mas que ainda existem muitos desafios para China alcançar seu objetivo (Barov; Zakharova; Ovezova; Ulyanishchev, 2018). Outra visão, levantada por Zhenjie Yuan, Junwanguo Guo e Hong Zhu (2016), é que as opiniões sobre a China se deterioraram na última década, acumulando opiniões negativas, especialmente na Ásia, Europa e América do Norte. Os autores analisaram como esse fato é contrário, não somente a um dos objetivos principais do IC, mas também, ao argumento principal de que esses institutos contribuem para a ascensão da China. Concluem que, enquanto os IC são estabelecidos de forma crescente em escala global, a China vem falhando na promoção de uma imagem positiva (Yuan; Guo; Zhu, 2016).

Além disso, a Portland, uma consultoria de comunicação estratégica sediada em Londres, no Reino Unido, em parceria com o Centro de Diplomacia Pública da University of

Southern California–Estados Unidos, apresenta uma série de dados chamada *The Soft Power 30*, no qual demonstra uma perspectiva diferente. O índice, publicado desde 2015, classifica os 30 países com os melhores desempenhos de *soft power* do mundo, com ajuda de pesquisadores e professores universitários. A China saiu da 30ª posição em 2015 para a 28ª posição em 2016 e chegando à 25ª posição em 2017. Além disso, o relatório afirma que a China segue em constante crescimento no ranking e o impressionante salto de três posições no último índice é um reflexo de um plano bem estruturado com uma abordagem mais comprometida com *soft power* que o país tem mostrado, destacando-se com a abertura de centenas de Institutos Confúcio, combinada com iniciativas de *branding* internacional. A análise também destacou que o maior recurso de *soft power* da China é sua cultura visto que a sua maior fraqueza é a questão política que não concilia com a perspectiva ocidental e enfraquece a opinião global sobre a China.

O estudo conclui que a abordagem chinesa mais tranquila das Relações Internacionais é um passo na direção certa, mas que a crescente demanda, dos países ocidentais, por autenticidade e profundidade reflete como os esforços de *soft power* devem ir além de ações clássicas. E, assim, o estudo atestou que com uma abordagem mais congruente de *soft power*, a China deve continuar subindo no índice.

Além disso, existem outras análises que buscaram quantificar os impactos dos Institutos Confúcio em aspectos bastante concretos. A primeira delas, de Donald Lien, Chang Hoon Oh e W. Travis Selmier (2012), analisou os impactos dos IC nos investimentos estrangeiros diretos (IED) e no comércio da China. Os autores afirmaram que os produtos da familiaridade idiomática e cultural sobre o volume de comércio e de investimentos são conhecidos e que esses efeitos podem ser quantificados por meio de uma análise do fator de resistência multilateral. Sendo assim, segundo os autores, os dados mostraram que houve aumentos relevantes tanto das exportações quanto do envio de IED da China para países em desenvolvimento anfitriões de IC, mas, em contrapartida, houve mudanças menores com relação a países desenvolvidos. Ademais, o efeito positivo reflete mais no IED do que no comércio. Os autores também concluem que a criação de IC oferece significativo apoio educacional e base para estudantes estrangeiros aprenderem chinês, assim como fornecem importantes informações de inserção de mercado para empresários na China e no país anfitrião. Como resultado, custos de transação sofrem redução e comércio e IED passam por uma valorização (Lien; Oh; Selmier, 2012).

Em 2014, outra pesquisa foi realizada por Sucharita Ghosh, Donald Lien e Steven Yamarik, no qual analisaram o impacto no número de viagens internacionais para a China. Na

pesquisa, os autores salientaram que a China, na década de 2010, teve um aumento no número de viagens, assim como houve o aumento do número de IC, o que levou os autores a acreditarem que pode ser relacionado, visto que um dos objetivos do projeto era impactar o desejo de conhecer e visitar a cultura chinesa (Lien; Ghosh; Yamark, 2014). Para esta análise, os autores consultaram variáveis, no período de 2004 a 2010, como o fluxo de entrada de turistas na China, total de IC instalados e dados macroeconômicos (Lien; Ghosh; Yamark, 2014). Como resultado da pesquisa, os autores concluíram que a presença de um IC em um país influenciou no fluxo de turistas, principalmente em questões de negócios, no qual os autores explicaram ser o reflexo do crescimento econômico chinês e a necessidade de realizar negócios no país, e a função do IC é reduzir a barreira linguística em casos como estes (Lien; Ghosh; Yamark, 2014).

Em 2017, estes mesmos autores, realizaram uma análise mais profunda, estudando como a distância cultural conseguiu influenciar o fluxo de turistas, bens e investimentos para dentro e para fora da China e como a rede de Institutos Confúcio impactou esses números (Ghosh; Lien; Yamark, 2017). Os autores usaram um banco de dados, do período de 2004–2012, que tinha variáveis como: fluxo de turistas, capitais, importações, Investimento Estrangeiro Direto (IED) para China, exportações, IED saindo da China, medidas de diferenças culturais e geográficas, fatores políticos (índice de estabilidade e existência de acordos com a China) e econômicos (população, PIB real e PIB convertido pelo fator de Paridade de Poder de Compra, inflação, porcentagem de IED com relação ao PIB e porcentagem de importações com relação ao PIB) de 108 países. Em relação ao que pode impactar a distância cultural, além da presença de um IC, os autores usaram ainda outras duas variáveis: a quantidade de população chinesa nos outros países e um índice de distância cultural nacional.

A partir da análise construída pelos autores, foi possível entender que houve uma distância cultural importante, tanto para fluxos entrando, quanto saindo da China. Além disso, os dados mostraram que o IC, em parceria com o país anfitrião com o objetivo de ensinar mais sobre a cultura chinesa, diminuiu a distância cultural e favoreceu os fluxos transfronteiriços entre a China e demais países (Ghosh; Lien; Yamark, 2017). É importante ressaltar que a presença de IC causou um aumento no fluxo de turistas no país anfitrião, como também aumentou o fluxo de capitais e das exportações e a saída de IED da China. Ademais, quando analisaram o índice de distância cultural nacional, os autores reforçaram o resultado de sua pesquisa de 2014, mencionada anteriormente, que diferenças menores de cultura nacional aumentaram o fluxo de turistas profissionais e de importações da China. E em

relação à entrada de IED na China, os autores salientaram que a porcentagem de população chinesa em países estrangeiros foi a única medida de distância cultural com um resultado positivo (Ghosh; Lien; Yamark, 2017).

Como mencionado anteriormente, o crescimento da rede de Institutos Confúcio, que, em pouco mais de dez anos, está presente em todos os continentes, com mais de 500 IC e mais de 1.000 Salas de Aula Confúcio, é considerado surpreendente por diversos autores. Essa expansão dos IC despertou um grande interesse pelo tema, que refletiu no aumento dos estudos sobre o assunto. Em que levantou críticas e preocupações nas intenções dos IC, principalmente em relação a liberdade acadêmica, assim como trouxe diversos estudos e artigos defendendo a instituição do projeto e a importância de sua presença.

Porém, é evidente que parte dos estudos eram feitos sem uma análise ou um contato mais aprofundado com os IC, o que resultava na reprodução de informações incompletas ou viciadas, sem conseguir analisar o processo todo como o caso do acadêmico Marshall Sahlins. Desse modo, alguns acadêmicos têm procurado realizar uma investigação mais aprofundada dos IC, com estudos de caso e acompanhamento da rotina dos institutos, o que ajudou a compreender que algumas críticas são feitas sem fundamentos. Como exemplo, as reprovações da utilização dos IC para alcançar objetivos diplomáticos da China devem considerar que institutos europeus culturais e os Estados Unidos, também desempenham ações semelhantes. Além disso, também deve ser examinado o fator econômico, porque os estudos de caso mencionados, comprovaram que os IC não eram a fonte de dinheiro que muitos deduziam, demonstrando ser um projeto estruturado em uma parceria internacional.

Em relação à imagem chinesa, a questão segue ainda indefinida. Porém, percebe-se que os investimentos chineses em *soft power* têm levado a uma melhora nas suas avaliações internacionais, conforme aponta a publicação *The Soft Power 30*, elaborada pela consultoria Portland. Entretanto, o sistema político chinês é alvo de denúncias de censura, o que acaba enfraquecendo as ações de *soft power* do país E, enquanto a China não demonstrar seu comprometimento com um plano mais congruente ao Estatuto do projeto, os esforços dos IC correm o risco de serem vistos como propaganda e contraditórios.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Institutos Confúcio se mostraram ser uma ferramenta essencial para a diplomacia cultural chinesa, isto porque assumiram um papel de representantes informais em países estrangeiros. Ao pensar nos motivos que levaram à criação dos Institutos Confúcio durante o governo de Hu Jintao, nota-se que este buscava uma nova estratégia para a política externa chinesa, dado o contexto de crescimento econômico do país, com o objetivo implantar a cultura como uma ferramenta necessária para a política externa.

Ao analisar o contexto da inserção internacional e a política externa da China, era perceptível a necessidade do país de mudar sua estratégia para lidar com as percepções de outros países no sistema internacional e ainda alcançar suas metas estabelecidas. Durante muito tempo, a estratégia chinesa foi adotar um perfil discreto no sistema internacional, na intenção de garantir que outros países, principalmente os Estados Unidos, não enxergassem a China como uma ameaça. Porém, esse perfil não foi o suficiente para amenizar as preocupações e críticas estrangeiras acerca do crescimento chinês, visto que a China passou a ser colocada como um importante concorrente dos estadunidenses apesar de seus esforços de manter o *status quo* inalterado.

A partir do governo de Xi Jinping, percebeu-se uma mudança na formulação de política externa da China, que passou a assumir um papel mais ativo no sistema internacional, abandonando o perfil discreto. Foram criadas estratégias que garantissem o lugar da China e do oriente contra a dominância do ocidente, no objetivo de tornar o país um ator capaz de enfrentar problemas do sistema internacional, ocupando e moldando o sistema, ao invés de somente se adaptar a ele. Isto fez com que o governo chinês assumisse um papel de contribuição do desenvolvimento internacional, da paz mundial e na preservação da ordem internacional. Além disso, era objetivo do governo e da política externa chinesa enfatizar que não havia intenção de desafiar a liderança estadunidense, sendo necessário garantir uma condução da diplomacia condizente com papel de país relevante.

Em consideração aos conceitos de *soft power* e diplomacia cultural, foi explícita a diferença na interpretação chinesa acerca destes comparado com o ocidente. Visto que, para os chineses, o conceito de *soft power* de Nye procurava suprir os interesses dos Estados Unidos, enquanto, na visão da China, é necessário garantir a força cultural internamente para depois a externalizar, colocando a cultura como o ator principal do *soft power* chinês. Além

disso, o governo chinês passou a enxergar a diplomacia cultural como uma forma de garantir a estabilização da cultura interna, assim como colocou a percepção da cultura como instrumento em relações de poder.

A partir dessa percepção foi possível analisar como os Institutos Confúcio são colocados como ferramentas importantes para a diplomacia cultural chinesa, visto sua participação e investimento crescente no projeto, que chegou a US\$ 310,9 milhões em 2015. Porém, essa participação do governo muniu críticos do projeto para colocá-lo como um instrumento de propaganda do Partido Comunista Chinês e uma ameaça à liberdade de expressão em assuntos sobre a China dentro de universidades. Entretanto, o projeto tem pontos atrativos, ao comparar com outros institutos culturais, como por exemplo a Aliança Francesa, o seu maior diferencial é ser construído com um modelo cooperativo entre os países e a China.

Em análises acerca da imagem da China compreende-se que existem percepções negativas, mas em geral têm sido um efeito positivo para o *soft power* chinês, como analisado por estudos da consultoria Portland, que observou o crescimento do país no ranking mundial. Assim como houve um reflexo positivo no índice de distância cultural, no qual foi demonstrado que a presença dos Institutos Confúcio foi responsável pela diminuição desta distância entre os demais países. E visto que sua estrutura envolve uma cooperação e investimento financeiro dos países para que aconteça a instalação do instituto, é possível compreender que existe um interesse na participação do projeto. Sendo assim, o crescimento impressionante da rede de Institutos Confúcio é reflexo do sucesso do projeto, assim como da diplomacia cultural chinesa.

Em suma, é evidente que o papel dos Institutos Confúcio na diplomacia cultural chinesa é garantir a presença do país no estrangeiro, disseminando a cultura chinesa de forma predominantemente positiva. Sendo um fator importante para o sucesso do *soft power* chinês, que transformou a forma de realizar a política externa na China e que trouxe bons resultados, apesar de ainda existir muitos desafios para serem superados.

## REFERÊNCIAS

BAROV, S. et al. The Confucius Institute Network. In: EDULEARN18 Proceedings. IATED, 2018. p. 7527-7531.

BECARD, Danielly Silva Ramos; FILHO, Paulo Menechelli. **“Chinese Cultural Diplomacy: instruments in China’s strategy for international insertion in the 21st Century”**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 62, no.1, 2019. SciELO, doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201900105>.

BROWN, Kerry. China's World: What Does China Want?. London: I.B. Tauris, 2017.

CHEN, Zhimin; CHANG, Lulu. The power strategy of Chinese foreign policy: bringing theoretical and comparative studies together. Freie Universität Berlin, NFG Research Group Asian Perceptions of the EU, 2013.

Chinese Law Prof Blog. CLARKE, Donald C.. Confucius Institutes in US universities: two views. Chinese Law Prof Blog. Washington DC, 14 fev. 2014.

CHRISTENSEN, Thomas J. More Actors, Less Coordination? New Challenges for the Leaders of a Rising China. In: ROZMAN, Gilbert (Ed.). China’s Foreign Policy: Who Makes It, and How Is It Made?. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

Delisle, J. **“Soft power in a hard place: China, Taiwan, cross-strait relations and US policy.”** Orbis 54, no. 4 (2010): 493-524. doi: <https://doi.org/10.1016/j.orbis.2010.07.002>. Five years of sheer endeavour: what data says about Confucius Institute (2012-2017). Hanban News, 26 out. 2017. Disponível em: [http://english.hanban.org/article/2017-10/26/content\\_703508.htm](http://english.hanban.org/article/2017-10/26/content_703508.htm).

GHOSH, Sucharita; LIEN, Donald; YAMARIK, Steven. Does the Confucius Institute network impact cultural distance? A panel data analysis of cross-border flows in and out of China. Asian Economic Journal, v. 31, n. 3, p. 299-323, 2017.

GIL, Jeffrey. China's cultural projection: a discussion of the Confucius Institutes. China: An International Journal, v. 13, n. 1, pp. 200-226, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/578678>

\_\_\_\_\_. Soft power and the worldwide promotion of Chinese language learning: the Confucius Institute project. Bristol; Blue Ridge Summit: Multilingual Matters, 2017.

HARTIG, Falk. **Confusion about Confucius Institutes, soft power push or conspiracy? A case study of Confucius Institutes in Germany.** Presented paper at the 18th Biennial Conference of the Asian Studies Association of Australia in Adelaide, 2010. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.458.49&rep=rep1&type=pdf>.

\_\_\_\_\_. How China understands public diplomacy: The importance of national image for national interests. International Studies Review, v. 18, n. 4, p. 655-680, 2016.  
HENRIQUES, Ana Beatriz et al. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. Revista Debates. Vol. 9, n.1, pp. 09-23, 2015.

HU, Jintao. Hold high the great banner of socialism with Chinese characteristics and strive for new victories in building a moderately prosperous society in all. **Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China**, 15 ago. 2007. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/congress/229611.htm>.

HUGHES, Christopher R. Confucius Institutes and the university: distinguishing the political mission from the cultural. *Issues and Studies*, v. 50, n. 4, p. 45, 2014.

LIEN, Donald; OH, Chang Hoon; SELMIER, W. Travis. Confucius institute effects on China's trade and FDI: isn't it delightful when folks afar study Hanyu?. *International Review of 123 interactions. China: An International Journal*, v. 12, n. 2, p. 66-86, 2014.  
*Economics & Finance*, v. 21, n. 1, p. 147-155, 2012.

\_\_\_\_\_ ; GHOSH, Sucharita; YAMARIK, Steven. Does the Confucius institute impact international travel to China? A panel data analysis. *Applied Economics*, v. 46, n. 17, p. 1985-1995, 2014.

MCCORD, Ed. Confucius Institutes in the U.S.: Let a Hundred Flowers Bloom; Let a Hundred Schools of Thought Contend. Washington DC, fev. 2014. Disponível em: <https://lawprofessors.typepad.com/files/response-to-sahlins-6.pdf>

NYE, Joseph S. **Think again: soft power**. *Foreign Policy*, 23 fev. 2006. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2006/02/23/think-again-soft-power>.

NYE, Joseph S. **Soft power and cultural diplomacy**. In: *Public Diplomacy Magazine*. University of Southern California. Winter 2010a. Disponível em: <http://www.publicdiplomacymagazine.com/soft-power-and-cultural-diplomacy>.

Remarks of Chinese Premier Wen Jiabao: "Turning Your Eyes to China". *Harvard Gazette*, 10 dez. 2003. Disponível em: <http://news.harvard.edu/gazette/story/2003/12/harvard-gazette-remarks-of-chinese-premier-wen-jiabao/>.

MONTENEGRO, Renan H. Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. In: *Brazilian Journal of International Relations BJIR*, Marília, v. 8, n. 2, p. 297-329, mai/ago. 2019.

RAWNSLEY, Gary D. China talks back: public diplomacy and soft power for the Chinese century. In: SNOW, Nancy; TAYLOR, Philip M. (ed.). *Routledge handbook of public diplomacy*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2009.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

ROSS, Robert; JOHNSTON, Alastair Ian. Introduction. In: ROSS, Robert; JOHNSTON, Alastair Ian (ed.). **New directions in the study of China's foreign policy**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

SAHLINS, Marshall. China U. *The Nation*, 30 out. 2013. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/china-u/>>.

\_\_\_\_\_. *Confucius Institutes: academic malware*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2015.

SUN, Wanning. Slow boat from China: public discourses behind the ‘going global’ media policy. *International Journal of Cultural Policy*, v. 21, n. 4, p. 400-418, 2015.

SPENCE, Jonathan D. “Em busca da China moderna - quatro séculos de história”, Companhia das letras, São Paulo, 2000.

SPITZCOVSKY, Jaime. A China acorda e faz o mundo estremecer. In: *Folha de S. Paulo*, 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/dez dias/re06.htm>. Acesso em: 14 out. 2023.

SWITZER, Andrew. *The consequences of Confucius Institutes: understanding the opposition*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Asiáticos) – School of Arts and Sciences, Georgetown University, Washington/DC.

SHAMBAUGH, David. *China goes global: the partial power*. Oxford: Oxford Un. Press, 2013.

\_\_\_\_\_. China’s soft-power push: the search for respect. *Foreign Affairs*, jul./ago. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-06-16/china-s-soft-power-push>>.

\_\_\_\_\_. In: *The end of U.S. engagement with China?*. Washington/DC, 2018. Debate ocorrido na Brookings Institution em 07 mar. 2018. Transcrição disponível em: <[https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/03/fp\\_20180307\\_us\\_china\\_transcript.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/03/fp_20180307_us_china_transcript.pdf)>

The Soft Power 30. Disponível em: <<https://softpower30.com/>>.

KONG, Da. **Imaging China: China’s cultural diplomacy through loan exhibitions to British museums**. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Museum Studies, University of Leicester, Leicester.

LAI, Hongyi. China’s cultural diplomacy: going for soft power. In: LAI, Hongyi Lai; LU, Yiyi (eds.). *China’s soft power and international relations*. Nova Iorque e Londres: Routledge Taylor & Francis Group, 2012, pp. 83-103.

LEUNG, Chi-Cheung; DU CROS, Hilary. *Confucius institutes: multiple reactions and*

LIEN, Donald; OH, Chang Hoon; SELMIER, W. Travis. Confucius institute effects on China's trade and FDI: isn't it delightful when folks afar study Hanyu?. *International Review of 123 interactions*. *China: An International Journal*, v. 12, n. 2, p. 66-86, 2014.

\_\_\_\_\_; GHOSH, Sucharita; YAMARIK, Steven. Does the Confucius institute impact international travel to China? A panel data analysis. *Applied Economics*, v. 46, n. 17, p. 1985-

1995, 2014.

LO, J. T., & Pan, S. (2016). **Confucius Institutes and China's soft power: practices and paradoxes**. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 46(4), 512-532. DOI: 10.1080/03057925.2014.916185

LIU, Xin. (2019). **China's Cultural Diplomacy: A Great Leap Outward with Chinese Characteristics? Multiple Comparative Case Studies of the Confucius Institutes**. *Journal of Contemporary China*, 28(118), 646-661. DOI: 10.1080/10670564.2018.1557951

WALLACE, Rebecca. *The Confucius Institutes in the real world*. 2016. Monografia (Bacharelado em Filosofia) – Dietrich School of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh.

WHEELER, Anita. Cultural diplomacy, language planning, and the case of the University of Nairobi Confucius Institute. *Journal of Asian and African Studies*, v. 49, n. 1, p. 49-63, 2014.

YAN, Xueting. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. *The Chinese Journal of International Politics*, Volume 7, Issue 2, pp. 153–184, 2014.

YUAN, Zhenjie; GUO, Junwanguo; ZHU, Hong. Confucius Institutes and the limitations of China's global cultural network. *China Information*, v. 30, n. 3, p. 334-356, 2016.

XIAO, Yun. Confucius Institutes in the US: platform of promoting China's soft power. *Global Chinese*, v. 3, n. 1, p. 25-48, 2017.

XI, Jinping. In: China to promote cultural soft power. *China Daily*, 01 jan. 2014. Disponível em: <[http://usa.chinadaily.com.cn/china/2014-01/01/content\\_17208365.htm](http://usa.chinadaily.com.cn/china/2014-01/01/content_17208365.htm)>.

ZHANG , Weihong. (2010) **China's cultural future: from soft power to comprehensive national power**, *International Journal of Cultural Policy*, 16:4, 383-402, DOI: 10.1080/10286630903134300

ZHANG, Guozuo. *Research Outline for China's Cultural Soft Power*. Singapore: Springer, 2017.

ZHOU, Y., & Luk, S. (2016). Establishing Confucius Institutes: a tool for promoting China's soft power? *Journal of Contemporary China*, 25(100), 628-642. DOI: 10.1080/10670564.2015.1132961.